

## **ANEXO III**

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2021

ANEXO DE METAS FISCAIS

(LRF, art. 4º, § 2º, I)

# **AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS RELATIVAS A 2019**

## **1 INTRODUÇÃO**

Este relatório tem o objetivo de demonstrar o desempenho da execução orçamentária e financeira do Distrito Federal até o 3º quadrimestre de 2019, assim como avaliar o cumprimento das metas fiscais previamente estabelecidas para o orçamento fiscal e da seguridade social no mesmo período, em cumprimento ao que determina o § 4º do art. 9º, da Lei Complementar nº. 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal-LRF. Os números aqui apresentados, pela relevância e de forma resumida, são originários dos relatórios bimestrais e quadrimestrais, a serem publicados no Diário Oficial do Distrito Federal, no prazo de 30 dias após o encerramento do período, de acordo com o estabelecido no caput do art. 52 e § 2º do art. 55 da LRF.

Os dados ora apresentados excluem os recursos do Fundo Constitucional do Distrito Federal – FCDF destinados às áreas de saúde, educação e aos órgãos de segurança, por não transitarem pelo orçamento fiscal e de seguridade social do Distrito Federal.

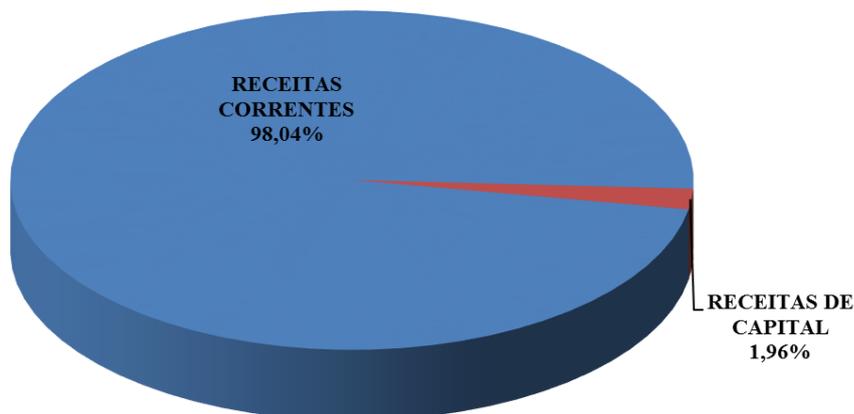
## **2 RECEITAS**

As receitas (exceto intra-orçamentárias) realizadas até o 3º quadrimestre do ano de 2019, nelas compreendidas as receitas correntes e de capital, totalizaram R\$ 23,1 bilhões, representando uma variação nominal positiva de 1,46% em relação ao mesmo período do ano anterior. Foram realizadas 95,10% das receitas previstas pelo Distrito Federal para o ano de 2019. Na composição das receitas realizadas, destacaram-se as receitas tributárias e as transferências correntes, com R\$ 16,6 bilhões e R\$ 2,4 bilhões, respectivamente, conforme demonstrado no quadro, a seguir.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA RECEITA					Em R\$ mil
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL 2019	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			VARIÇÃO NOMINAL 2019/2018(%)
		2019	REALIZADO (%)	2018	
<b>Receitas Correntes</b>	<b>22.982.662</b>	<b>22.687.656</b>	<b>98,72</b>	<b>21.887.896</b>	<b>3,65</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	17.248.821	16.581.618	96,13	15.811.233	4,87
Receita de Contribuições	1.495.720	1.537.753	102,81	1.439.757	6,81
Receita Patrimonial	744.858	546.337	73,35	580.004	-5,80
Receita Agropecuária	14	13	90,80	10	26,04
Receita Industrial	5.323	3.810	71,56	4.593	-17,06
Receita de Serviços	467.771	500.739	107,05	525.252	-4,67
Transferências Correntes	2.234.281	2.377.310	106,40	2.078.822	14,36
Outras Receitas Correntes	785.873	1.140.077	145,07	1.448.825	-21,31
Deduções da Receita Corrente	-	-	-	-600	0,00
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.351.977</b>	<b>454.369</b>	<b>33,61</b>	<b>920.790</b>	<b>-50,65</b>
Operações de Crédito	788.310	347.543	44,09	561.821	-38,14
Alienação de Bens	168.705	28.392	16,83	59.154	-52,00
Amortizações	19.111	28.169	147,40	21.252	32,55
Transferências de Capital	286.689	37.829	13,20	43.982	-13,99
Outras Receitas de Capital	89.162	12.436	13,95	234.582	-94,70
<b>Receitas</b>	<b>24.334.639</b>	<b>23.142.025</b>	<b>95,10</b>	<b>22.808.686</b>	<b>1,46</b>

FONTE: RREO 6º BIM/19

O gráfico, a seguir, demonstra a participação percentual das receitas realizadas em 2019, por categoria econômica.



## 2.1 Receitas Correntes

As receitas correntes decorrem das receitas realizadas pelo Distrito Federal, suas autarquias, fundações, fundos e empresas estatais dependentes, por meio de impostos, taxas, transferências constitucionais, transferências voluntárias e outras.

Foram realizados, nesta categoria, R\$ 22,7 bilhões, representando 98,72% das receitas correntes anuais previstas e uma variação nominal positiva de 3,65% em relação ao ano anterior.

## 2.1.1 Receitas Tributárias

As receitas tributárias, principal item das receitas do Distrito Federal, totalizaram R\$ 16,6 bilhões em 2019, com aumento nominal de 4,87% na arrecadação em relação ao realizado no ano anterior. Isso corresponde a 71,65% do total da receita.

Importante destacar que, em 2019, houve mudança metodológica na classificação das naturezas das receitas promovida pelo órgão central de orçamento do Distrito Federal para adequar-se ao novo ementário da receita estabelecido pela União. Dessa forma, as multas e juros de mora sobre os impostos bem como as receitas da dívida ativa dos mesmos, passaram a ser somadas ao principal. Até 2018, essas receitas eram classificadas como outras receitas correntes.

Além disso, o imposto Simples passou a refletir-se diretamente no ICMS e no ISS, deixando de ser classificado como outros impostos.

RECEITA TRIBUTÁRIA					Em R\$ mil
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL 2019	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			VARIÇÃO NOMINAL 2019/2018 (%)
		2019	REALIZADO (%)	2018	
<b>RECEITA TRIBUTÁRIA</b>	<b>17.248.821</b>	<b>16.581.618</b>	<b>96,13</b>	<b>15.811.233</b>	<b>4,87</b>
ICMS	8.858.959	8.173.795	92,27	7.988.958	2,31
IPVA	1.115.291	1.314.323	117,85	1.057.739	24,26
ITCD	135.248	146.414	108,26	113.105	29,45
IPTU	1.105.413	1.040.544	94,13	794.122	31,03
ISS	1.803.329	2.013.620	111,66	1.651.240	21,95
ITBI	446.908	415.021	92,86	411.463	0,86
IRRF	3.398.452	3.080.034	90,63	3.168.567	-2,79
Outros Impostos	10.351	19.255	186,01	401.706	-95,21
Taxas	374.871	378.613	101,00	224.332	68,77

FONTE: RREO 6º BIM/19 e RGF 3º QUAD/19

\* Houve mudança metodológica na classificação da natureza da receita a partir de 2019: inclui multas, juros e receitas da dívida ativa.

Dentre as receitas dos impostos, o ICMS, principal tributo distrital, que equivale a 49,29% da receita tributária realizada, apresentou arrecadação de R\$ 8,2 bilhões, com uma realização de 92,27% da previsão anual. O valor realizado proporcionou uma variação nominal positiva de 2,31% em comparação com o efetivado no ano anterior.

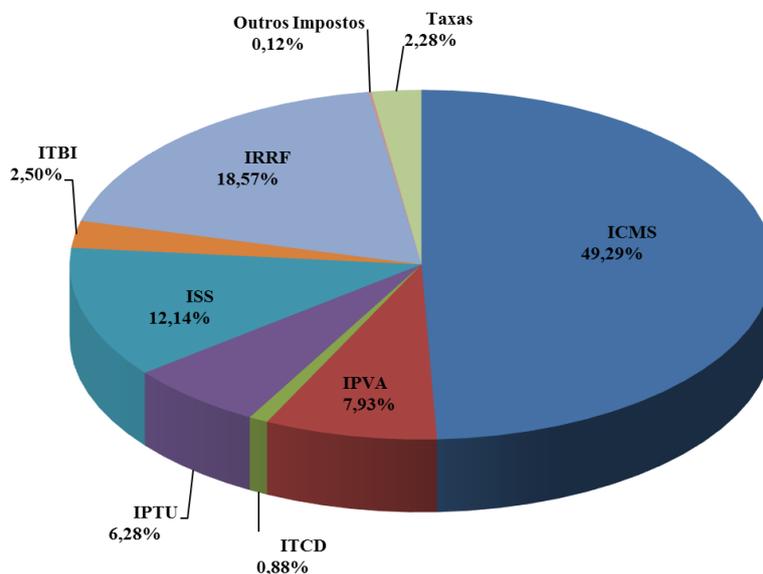
O Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF apresentou um decréscimo de 2,79% em relação ao mesmo período do ano anterior, com uma arrecadação total de R\$ 3,1 bilhões em 2019.

O ISS apresentou uma variação nominal de 21,95% se comparado com o realizado no exercício anterior, sendo arrecadados R\$ 2,0 bilhões, com uma realização de 111,66% da receita prevista para o exercício.

O IPVA alcançou um montante de R\$ 1,3 bilhão, superior em 24,26% em relação ao valor realizado no ano de 2018. A participação do IPVA no total das receitas dos impostos realizadas em 2019 foi de 7,93%, tendo sido realizado 117,85% do previsto para o ano.

Com relação ao IPTU, a realização somou R\$ 1,0 bilhão, representando um acréscimo de 31,03% em relação ao exercício de 2018, com uma realização de 94,13% do valor previsto.

O gráfico, a seguir, destaca a participação percentual das receitas dos impostos realizadas no ano de 2019.



## 2.1.2 Transferências Correntes

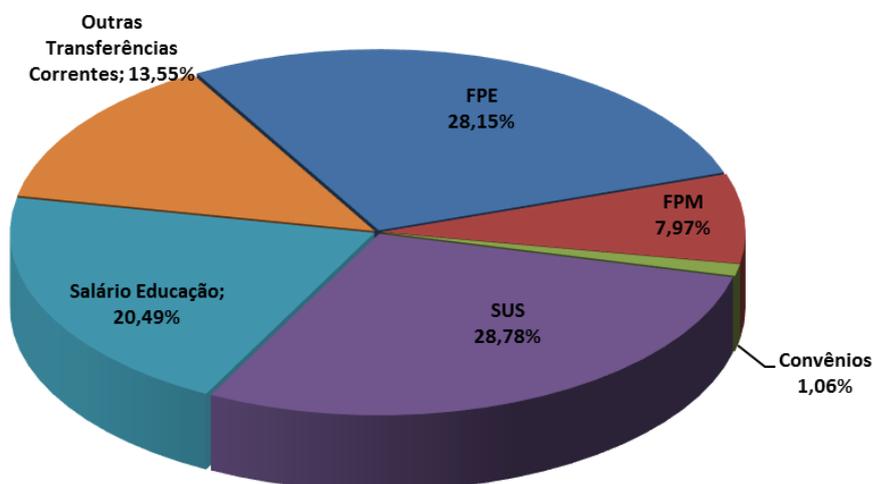
As transferências correntes, compostas pelas transferências constitucionais e legais da União para o Distrito Federal, totalizaram R\$ 2,4 bilhões em 2019, já deduzidas as receitas para a formação do FUNDEB (R\$ 2,1 bilhões), representando 10,27% do total de receitas realizadas.

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES						Em R\$ mil
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL 2019	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			VARIÇÃO NOMINAL 2019/2018 (%)	
		2019	REALIZADO (%)	2018		
<b>Transferências Correntes</b>	<b>2.234.281</b>	<b>2.377.310</b>	<b>106,40</b>	<b>2.078.822</b>	<b>14,36</b>	
FPE	633.709	669.325	105,62	614.118	8,99	
FPM	181.320	189.531	104,53	176.093	7,63	
Convênios	14.387	25.192	175,10	36.390	-30,77	
SUS	694.430	684.121	98,52	697.903	-1,97	
Salário Educação	411.040	487.121	118,51	381.439	27,71	
Outras Transferências Correntes	2.460.889	2.451.053	99,60	2.648.914	-7,47	
(-) Dedução para Formação do FUNDEB	2.161.495	2.129.032	98,50	2.476.036	-14,01	

FONTE: RREO 6º BIM/19 e RGF 3º QUAD/19

As transferências de recursos do SUS responderam por 28,78% do total das transferências correntes, sendo realizados 98,52% do previsto. Outro item significativo foi o Fundo de Participação dos Estados - FPE que contribuiu com 28,15% do total realizado das transferências correntes e atingiu uma realização de 105,62% do previsto para o ano.

O gráfico, a seguir, destaca a participação percentual das transferências correntes realizadas no ano de 2019:



## 2.2 Receitas de Capital

As receitas de capital atingiram o valor de R\$ 454,4 milhões e contemplaram os ingressos referentes às operações de crédito - R\$ 347,5 milhões, alienação de bens - R\$ 28,4 milhões, amortizações de empréstimos - R\$ 28,2 milhões, transferências de capital - R\$ 37,8 milhões e outras receitas de capital - R\$ 12,4 milhões, que são receitas decorrentes de depósitos judiciais com base na Lei Complementar Federal nº 151/2015.

A tabela abaixo demonstra a variação nominal das receitas de capital em relação ao mesmo período do ano anterior bem como o percentual de realização em relação ao total previsto para o ano:

RECEITAS DE CAPITAL						Em R\$ mil
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL 2019	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO				VARIÇÃO NOMINAL 2019/2018 (%)
		2019	REALIZADO (%)	2018		
<b>Receitas de Capital</b>	<b>1.351.977</b>	<b>454.369</b>	<b>33,61</b>	<b>920.790</b>	<b>-50,65</b>	
Operações de Crédito	788.310	347.543	44,09	561.821	-38,14	
Internas	634.280	273.130	43,06	483.594	-43,52	
Externas	154.030	74.413	48,31	78.227	-4,88	
Alienação de Bens	168.705	28.392	16,83	59.154	-52,00	
Amortizações	19.111	28.169	147,40	21.252	32,55	
Transferências de Capital	286.689	37.829	13,20	43.982	-13,99	
Outras Receitas de Capital	89.162	12.436	13,95	234.582	-94,70	

FONTE: RREO 6º BIM/19 e RGF 3º QUAD/19

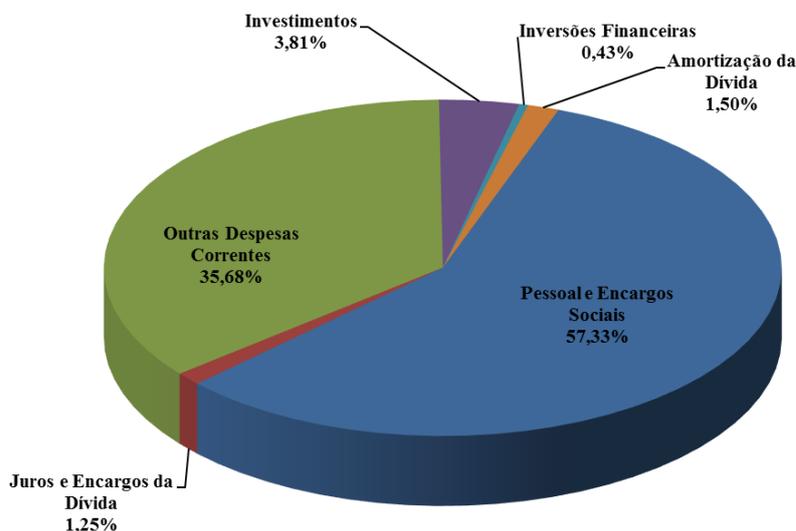
### 3 DESPESAS

As despesas empenhadas (exceto intra-orçamentárias) em 2019 totalizaram R\$ 22,9 bilhões, correspondendo a 86,79% da dotação autorizada para o exercício. Observa-se um acréscimo da despesa total empenhada em termos nominais de 0,16%, se comparado ao exercício anterior.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO DA DESPESA					Em R\$ mil
DISCRIMINAÇÃO	DOTAÇÃO AUTORIZADA 2019	DESPESA EMPENHADA - JANEIRO A DEZEMBRO			VARIÇÃO 2019/2018 (%)
		2019	REALIZADO (%)	2018	
<b>Despesas Correntes</b>	<b>23.439.869</b>	<b>21.622.002</b>	<b>92,24%</b>	<b>21.414.287</b>	<b>0,97</b>
Pessoal e Encargos Sociais	14.067.390	13.151.575	93,49%	12.975.754	1,35
Juros e Encargos da Dívida	286.590	285.820	99,73%	251.986	13,43
Outras Despesas Correntes	9.085.889	8.184.607	90,08%	8.186.547	-0,02
<b>Despesas de Capital</b>	<b>2.725.680</b>	<b>1.316.156</b>	<b>48,29%</b>	<b>1.486.285</b>	<b>-11,45</b>
Investimentos	2.231.220	873.504	39,15%	989.976	-11,77
Inversões Financeiras	128.981	98.177	76,12%	189.839	-48,28
Amortização da Dívida	365.480	344.475	94,25%	306.469	12,40
<b>Reserva de Contingência</b>	<b>263.864</b>	<b>-</b>	<b>0,00%</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Despesas</b>	<b>26.429.414</b>	<b>22.938.159</b>	<b>86,79%</b>	<b>22.900.572</b>	<b>0,16</b>

FONTE: RREO 6º BIM/19

Quanto à composição, o grupo Pessoal e Encargos Sociais detêm 57,33% de participação no total realizado no período, seguido das Outras Despesas Correntes com 35,68%, Investimentos e Inversões Financeiras com 4,24% e Serviço da Dívida (Juros mais Amortizações) com 2,75%, conforme evidenciado no gráfico, a seguir.



As despesas correntes, categoria econômica que contém o registro das despesas de caráter permanente e continuado da atividade governamental, totalizaram R\$ 21,6 bilhões, representando uma realização de 92,24% do valor fixado para o ano. Nessa categoria, as despesas com pessoal e

encargos sociais somaram R\$ 13,2 bilhões, correspondendo a 93,49% da previsão anual e apresentando um acréscimo de 1,35% em relação ao mesmo período de 2018.

Os juros e encargos da dívida somaram R\$ 285,8 milhões, correspondendo a 99,73% da previsão anual.

As outras despesas correntes que, em sua maioria, contemplam os gastos relativos à manutenção administrativa do Estado, totalizaram R\$ 8,2 bilhões, correspondentes a 90,08% do valor fixado para o ano.

Por outro lado, as despesas de capital, que são aquelas que contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital, totalizaram R\$ 1,3 bilhão em 2019. Desse montante, R\$ 873,5 milhões se referem a investimentos, R\$ 344,5 milhões foram destinados à amortização da dívida e R\$ 98,2 milhões são decorrentes de inversões financeiras.

#### 4 DESPESA DE PESSOAL E LIMITES DA LRF

A despesa bruta de pessoal do Poder Executivo, que sempre se apresenta como a mais significativa no conjunto das despesas, elevou-se em R\$ 755,5 milhões no ano de 2019 quando comparado com o ano anterior (aumento nominal de 2,85%). Resultado que reflete o crescimento dos gastos com a folha de pagamentos. Nesse caso, destaca-se o aumento nominal de 6,92% nos gastos com inativos e pensionistas frente ao crescimento nominal de 0,57% com pessoal ativo.

DESPESA BRUTA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO	ÚLTIMOS 12 MESES			
	3º QUAD/2019	3º QUAD/2018	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO
	R\$ Mil	R\$ Mil	R\$ Mil	(%)
<b>Despesa Bruta</b>	<b>27.247.133</b>	<b>26.491.642</b>	<b>755.491</b>	<b>2,85%</b>
<b>Pessoal Ativo (Total)</b>	<b>17.070.550</b>	<b>16.973.683</b>	<b>96.867</b>	<b>0,57%</b>
Pessoal ativo	16.740.165	16.811.416	-71.252	-0,42%
Outras Despesas de Pessoal	330.385	162.267	168.118	103,61%
<b>Pessoal Inativo e Pensionista</b>	<b>10.176.584</b>	<b>9.517.959</b>	<b>658.625</b>	<b>6,92%</b>

FONTE: RGF 3º QUAD/19

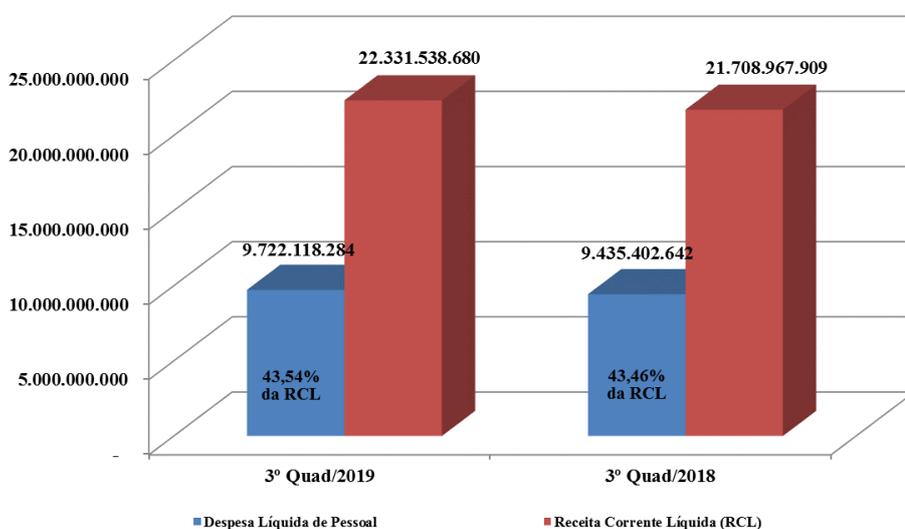
Já a despesa líquida de pessoal<sup>1</sup> apresentou elevação de R\$ 286,7 milhões, enquanto a receita corrente líquida apresentou crescimento de R\$ 622,6 milhões no período. A relação final apurada resultou no índice de pessoal de 43,54%. Mantendo-se, dessa forma, abaixo do limite de alerta de 44,10% e do limite prudencial de 46,55% estabelecidos pela LRF.

<sup>1</sup> Calculada pela dedução da despesa bruta de pessoal dos seguintes itens: indenizações de PDV; indenizações por exoneração e demissão; indenizações e restituições pessoais; abono de permanência; abono pecuniário de férias; licença prêmio em pecúnia; despesas de exercícios anteriores; sentenças judiciais; despesas com pessoal custeadas por recursos do Fundo Constitucional do DF no SIAFI; inativos e pensionistas custeados com recursos vinculados; pensionistas custeados com recursos não vinculados (Decisão TCDF nº 1.905/2013).

DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO	ÚLTIMOS 12 MESES			
	3º QUAD/2019		3º QUAD/2018	
	R\$ Mil	% sobre a RCL	R\$ Mil	% sobre a RCL
<b>Despesa Total com Pessoal para Fins de Apuração do Limite - DTP</b>	<b>9.722.118</b>	<b>43,54</b>	<b>9.435.403</b>	<b>43,46</b>
Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 LRF)	10.942.454	49,00	10.637.394	49,00
Limite Prudencial (§ único, art. 22 da LRF)	10.395.331	46,55	10.105.525	46,55
Limite de Alerta (inciso II do § 1º, art. 59 da LRF)	9.848.209	44,10	9.573.655	44,10

FONTE: RGF 3º QUAD/19

O gráfico, a seguir, compara a despesa líquida de pessoal em relação à receita corrente líquida verificada no ano de 2019 e no ano de 2018:



## 5 DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

Consideram-se despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino - MDE as relativas à remuneração dos profissionais da educação, à manutenção do ensino, além de investimentos para expansão e melhoria da qualidade de ensino.

No exercício de 2019, as despesas empenhadas com MDE totalizaram R\$ 4,6 bilhões, o que representou 27,23% da receita líquida de impostos e transferências, ficando esse indicador acima do limite mínimo constitucional de 25%.

APURAÇÃO DO LIMITE DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO (MDE)			Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO		
	2019	2018	LIMITE MÍNIMO
Total da Receita Compatível em MDE	17.069.598	16.913.867	<b>25%</b>
Limite Mínimo de Aplicação em MDE	4.267.400	4.228.467	
Despesa Realizada em MDE	4.647.257	4.275.099	
<b>% Aplicado no MDE</b>	<b>27,23%</b>	<b>25,28%</b>	

FONTE: RREO 6º BIM/19

Em relação ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB, em 2019, as despesas realizadas ficaram R\$ 85,3 milhões acima do limite mínimo de aplicação de R\$ 2,1 bilhões. O percentual aplicado no pagamento de profissionais do magistério da educação básica atingiu 98,62%, superando o limite mínimo estabelecido de 60%, conforme demonstrado no quadro, a seguir:

LIMITE MÍNIMO DE APLICAÇÃO NO FUNDEB			Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO		
	2019	2018	
Limite Mínimo de Aplicação no FUNDEB	2.100.737	2.053.615	
Despesas Realizadas com Recursos do FUNDEB	2.186.042	2.459.938	
<b>Resultado Apurado no FUNDEB</b>	<b>85.305</b>	<b>406.323</b>	
Limite Mínimo de Aplicação no Pagamento de Profissionais do Magistério da Educação Básica (60% da Receita Mínima de Aplicação no FUNDEB)	1.260.442	1.232.169	
Pagamento de Profissionais do Magistério da Educação Básica	2.071.661	2.347.645	
<b>% Aplicado no Pagamento de Profissionais da Educação Básica X Receita Mínima de Aplicação no FUNDEB (Mínimo Legal - 60%)</b>	<b>98,62%</b>	<b>114,32%</b>	

FONTE: RREO 6º BIM/19

## 6 DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Consideram-se despesas com ações e serviços públicos de saúde aquelas com pessoal, manutenção e investimentos, financiadas pelo Estado, relacionadas a programas finalísticos e de apoio, inclusive administrativo, que estejam alocadas na função 10 – Saúde e na função 28 – Encargos Especiais, desde que estejam relacionadas ao custeio de pessoal em atividade de saúde e que estejam alocadas no Fundo de Saúde.

É apresentado no quadro, a seguir, que em 2019 foi destinado às despesas com saúde, para efeito de cumprimento do mínimo, o montante de R\$ 2,7 bilhões, correspondendo a um superávit de R\$ 506,4 milhões em relação aos percentuais mínimos a aplicar de 12% da base estadual e 15% da base municipal estabelecidos pela Emenda Constitucional nº 29/2000.

APLICAÇÕES EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - VERIFICAÇÃO DO CUMPRIMENTO DA EMENDA CONSTITUCIONAL 29/2000				Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			
	2019	2018	VARIÇÃO NOMINAL 2019/2018 (%)	
I - Receita - Base de Cálculo Estadual - B.E.	10.687.777	11.024.090	-3,05	
II - Receita - Base de Cálculo Municipal - B.M.	6.362.567	5.865.542	8,47	
III - Recursos Mínimos a Aplicar (12% da B.E. + 15% da B.M.)	2.236.918	2.202.722	1,55	
IV - Aplicações em Ações e Serviços Públicos de Saúde	2.743.301	3.253.532	-15,68	
<b>V - Superávit - (IV - III)</b>	<b>506.383</b>	<b>1.050.810</b>	<b>-51,81</b>	

FONTE: RREO 6º BIM/19

## 7 RESULTADO PRIMÁRIO

O resultado primário tem por finalidade demonstrar a capacidade do Estado de honrar o pagamento do serviço de sua dívida. Por meio dele, demonstra-se o grau de autonomia do ente federado para que, utilizando suas receitas próprias e transferências constitucionais e legais, possa honrar os pagamentos das suas despesas correntes (inclusive as de pessoal), das suas despesas de capital (incluídos os investimentos) e, ainda, gerar poupança para atender ao serviço da dívida. O resultado primário foi de R\$ 174,9 milhões positivo, acima da meta anual estabelecida para 2019 na LDO/2018 (deficitária em R\$ 799,1 milhões).

RESULTADO PRIMÁRIO				Em R\$ mil
ESPECIFICAÇÃO	REALIZADO - JANEIRO A DEZEMBRO			
	2019	2018	VARIÇÃO NOMINAL 2019/2018 (%)	
Receitas Primárias Correntes	22.193.809	21.455.934	3,44	
Receitas Primárias de Capital	78.656	337.717	-76,71	
<b>Receita Primária Total</b>	<b>22.272.465</b>	<b>21.793.652</b>	<b>2,20</b>	
Despesas Primárias Correntes	21.334.893	21.092.571	1,15	
Despesas Primárias de Capital	762.640	1.079.043	-29,32	
<b>Despesa Primária Total</b>	<b>22.097.533</b>	<b>22.171.615</b>	<b>-0,33</b>	
<b>Resultado Primário</b>	<b>174.932</b>	<b>-377.963</b>	<b>-146,28</b>	

FONTE: RREO 6º BIM/19

## 8 DÍVIDA PÚBLICA

Ao final de 2019, a dívida consolidada bruta apresentou saldo de R\$ 9,3 bilhões, sendo R\$ 3,8 bilhões originários da dívida interna, R\$ 910,1 milhões da dívida externa e os precatórios posteriores a maio de 2000 no valor de R\$ 4,6 bilhões.

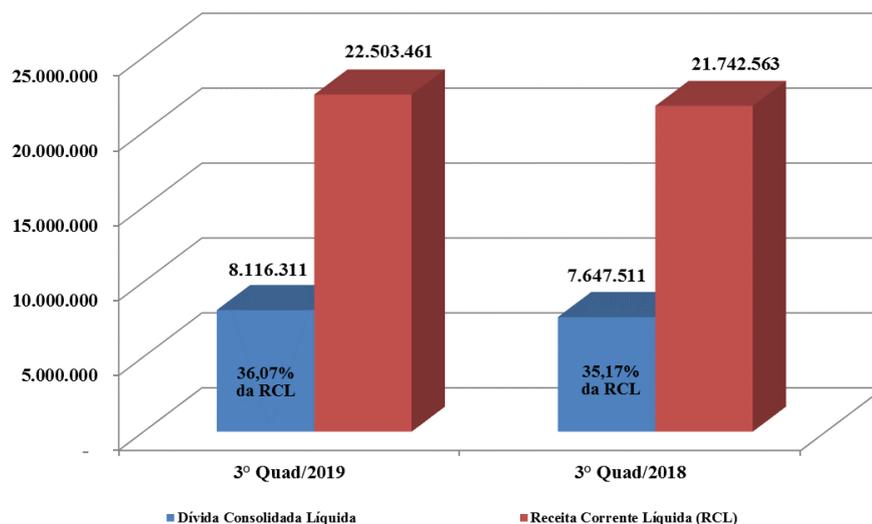
A tabela, a seguir, demonstra que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida. Ao final de 2019, esta relação correspondeu a

36,07%, inferior ao limite definido pelo Senado Federal, de 200% sobre a RCL, indicando que, sob essa ótica, o DF possui capacidade de endividamento.

DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		Em R\$ mil	
ESPECIFICAÇÃO	3° Quad/2019	3° Quad/2018	
Dívida Consolidada Bruta	9.335.889	8.599.792	
(-) Deduções	1.219.578	952.281	
<b>(=) Dívida Consolidada Líquida</b>	<b>8.116.311</b>	<b>7.647.511</b>	
Receita Corrente Líquida - RCL	22.503.461	21.742.563	
Limite do Senado Federal (200% da RCL)	45.006.921	43.485.126	
<b>% Sobre a RCL</b>	<b>36,07%</b>	<b>35,17%</b>	

FONTE: RGF 3° QUAD/19

O gráfico, a seguir, demonstra a relação entre a dívida consolidada líquida e a receita corrente líquida no ano de 2019, comparativamente ao ano de 2018.



## 9 OPERAÇÕES DE CRÉDITO

A tabela, a seguir, demonstra o ingresso das receitas com operações de crédito e mostra que o Distrito Federal possui uma baixa relação entre o valor das operações de crédito e a receita corrente líquida, em cumprimento ao art. 55, inciso I, alínea 'd' e inciso III, alínea 'c' da LRF.

Ao final do exercício de 2019, esta relação correspondeu a 1,54%, inferior ao limite definido pelo Senado Federal, que é de 16%.

<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>		<b>Em R\$ mil</b>
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>VALOR</b>	<b>% SOBRE A RCL</b>
Operações de Crédito Internas e Externas	<b>347.543</b>	<b>1,54%</b>
Receita Corrente Líquida		22.503.461
Limite Definido pelo Senado para Operações de Crédito Internas e Externas	<b>3.600.554</b>	<b>16,00%</b>

FONTE: RREO 6º BIM/19 e RGF 3º QUAD/19

## **10 DISPONIBILIDADE LÍQUIDA DE CAIXA**

O Poder Executivo do Distrito Federal apresentou disponibilidade líquida de caixa negativa em R\$ 629,4 milhões ao final de 2019. Para os recursos vinculados, essa disponibilidade foi positiva em R\$ 785,3 milhões. Entretanto, para os recursos não vinculados, ela foi negativa em R\$ 1,4 bilhão.

Em relação aos resultados apurados no ano anterior, houve uma melhora de 33,49% na disponibilidade líquida do Poder Executivo, em que pese esse resultado ainda ser negativo.

<b>Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar - Poder Executivo do Distrito Federal</b>				<b>Em R\$ mil</b>
<b>ESPECIFICAÇÃO</b>	<b>ANO 2019</b>			<b>ANO 2018</b>
	<b>DISPONIBILIDADE BRUTA</b>	<b>OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS E RESTOS A PAGAR</b>	<b>DISPONIBILIDADE LÍQUIDA</b>	<b>DISPONIBILIDADE LÍQUIDA</b>
<b>RECURSOS VINCULADOS</b>	<b>1.397.090</b>	<b>611.772</b>	<b>785.317</b>	<b>815.702</b>
<b>RECURSOS NÃO VINCULADOS</b>	<b>274.351</b>	<b>1.689.068</b>	<b>-1.414.717</b>	<b>-1.761.978</b>
<b>TOTAL PODER EXECUTIVO</b>	<b>1.671.441</b>	<b>2.300.840</b>	<b>-629.399</b>	<b>-946.276</b>

FONTE: RGF 3º QUAD/19

## **11 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

No exercício de 2019, o Distrito Federal apresentou uma receita total (exceto intra-orçamentária) realizada de R\$ 23,1 bilhões, contra uma despesa total (exceto intra-orçamentária) empenhada de R\$ 22,9 bilhões. Ou seja, descontadas as receitas e despesas consideradas como dupla contagem, o DF apresentou resultado orçamentário positivo de R\$ 203,9 milhões no ano.

Dentre as receitas correntes realizadas, destaca-se a receita tributária com uma participação de 71,65%, seguida das Transferências Correntes com 10,27% do total das receitas. O ICMS, com 49,29% da receita tributária realizada, foi o imposto de maior arrecadação. Entre as transferências correntes, destacam-se os recursos do fundo de participação dos estados - FPE e do fundo de participação dos municípios – FPM, no montante total de R\$ 858,9 milhões, as receitas do SUS no valor de R\$ 684,1 milhões e o salário educação no montante de R\$ 487,1 milhões.

Em relação às despesas empenhadas (exceto intra-orçamentárias), o grupo de pessoal e encargos sociais deteve 57,33% de participação no total realizado no período, seguido das outras despesas correntes com 35,68%. A despesa líquida com pessoal do Poder Executivo, para fins de

apuração do limite, atingiu o índice de 43,54% da receita corrente líquida e ficou abaixo do limite prudencial estabelecido pela LRF de 46,55%.

Os limites referentes à dívida consolidada líquida e às operações de crédito encontram-se dentro daqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Do ponto de vista do cumprimento dos indicadores de gestão fiscal, disciplinados pela LRF, a tabela, a seguir, apresenta um resumo comparativo dos valores da determinação legal e dos valores apurados, demonstrando os resultados do exercício de 2019.

**DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DOS INDICADORES DE GESTÃO FISCAL**  
**3º QUADRIMESTRE DE 2019**

LRF, art. 48 - Anexo VII

RESUMO DOS INDICADORES FISCAIS	3º QUADRIMESTRE/2019	
	R\$ mil	% da RCL
<b>DESPESA COM PESSOAL - PODER EXECUTIVO</b>		
<b>Total da Despesa com Pessoal para fins de apuração do Limite - TDP</b>	9.722.118	43,26%
<b>Limite Máximo (incisos I, II e III, art. 20 LRF)</b>	10.942.453.953	49,00%
Limite Prudencial( § único, art. 22 da LRF)	10.395.331.256	46,55%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	9.848.208.558	44,10%
<b>RESULTADOS FISCAIS</b>	<b>META R\$ mil</b>	<b>APURADO R\$ mil</b>
Resultado Primário (Acima da Linha)	-799.088	174.932
Resultado Nominal (Acima da Linha)	-494.660	336.268
<b>DÍVIDA CONSOLIDADA</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% da RCL</b>
Dívida Consolidada Líquida	8.116.311	36,07%
Limite definido por Resolução do Senado Federal	45.006.921	200,00%
<b>GARANTIAS DE VALORES</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% da RCL</b>
Total das Garantias	380.201	1,69%
Limite definido por Resolução do Senado Federal	4.950.761	22,00%
<b>OPERAÇÕES DE CRÉDITO</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>% da RCL</b>
Operações de Crédito Internas e Externas	347.543	1,54%
Limite definido pelo Senado Federal para Op. De Crédito Internas e Externas	3.600.554	16,00%
Operação de Crédito por Antecipação de Receita	-	-
Limite definido pelo Senado Federal para Op. De Crédito por Antecipação de Receita	1.575.242	7,00%
<b>LIMITES DA EDUCAÇÃO</b>	<b>MÍNIMO</b>	<b>APURADO</b>
MDE	25,00%	27,23%
FUNDEB	2.100.737	2.186.042
Pagamento de Profissionais do Magistério da Educação Básica	60,00%	98,62%
<b>LIMITES DA SAÚDE</b>	<b>MÍNIMO</b>	<b>APURADO</b>
Aplicação em ações de serviços públicos de saúde	2.236.918	2.743.301

<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$ mil)</b>	R\$22.503.461
---	---------------

Fonte: RREO/RGF - 6º Bimestre e 3º Quadrimestre de 2019

Diante do exposto, os números apurados apontam, portanto, para o cumprimento das metas fiscais estabelecidas para o exercício de 2019.